

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

AUTOGESTÃO EM PORTUGAL

UM FENÓMENO
SOCIAL OPERÁRIO
EDITORIAL

São já do conhecimento dos trabalhadores o aparecimento em Portugal de processos de auto-gestão como uma das formas de luta em muitas fábricas. O COMBATE tem referido e documentado vários desses processos.

O significado e consequências da auto-gestão são de tal importância para o processo revolucionário conducente à sociedade sem classes que se impõe uma análise mais detalhada deste modo de luta. É o que pretendemos iniciar hoje apoiando-nos nos factos concretos e no testemunho de trabalhadores em processo de auto-gestão.

A queda do fascismo deixou intacta a estrutura produtiva capitalista. A crise que a minava, agravada pela crise internacional, não tem encontrado, até aqui, por parte do Governo Provisório e do aparelho produtivo qualquer resposta satisfatória que impeça o precipitar-se duma situação de crise económica, de que os trabalhadores serão uma vez mais as vítimas.

É neste contexto que surgem os processos de auto-gestão. Em que sectores? Com que objectivos? Qual a atitude do governo e de outras forças políticas relativamente a tal fenómeno?

(Continua na pág. 3)



LUTA DE SOLDADOS NOS QUARTÉIS DE ANGOLA

Povo português:

nós, soldados, trabalhadores fardados, queremos que vocês conheçam a nossa história em que fomos vítimas duma traição e numa altura em que se fala tanto em democracia, deviam prender os nossos chefes que são fascistas e afinal fomos nós que acabámos por ser presos! Que raio de Democracia é esta? Democracia para nós ou para os nossos chefes?

Se continuamos a comer comida para porcos, se continuamos a receber ao fim do mês uma esmola que nem para o café dá, se continuamos a sofrer as mesmas repressões e maus tratos como no tempo de Marcelo Caetano, se continuamos a ser carne para canhão, se nos continuam a esconder as razões de estarmos em Angola, se somos ainda moços de recados de toda a chicalhada, se continuamos a não nos poder reunir para zelar pelos nossos interesses, se os chefes militares são os mesmos do antigo regime e são tão fascistas como o Tomás e o Caetano, será que não temos razão em nos revoltarmos

para melhorar as nossas condições dentro do exército? De promessas estamos nós cansados.

SANEAR O COMANDO

Foi por isso que em 12 de Fevereiro, às 3.30 da madrugada, todos nós soldados do Batalhão de Artilharia 6220, aquartelados em Dingo, Cabinda, decidimos sanear o comando! Saímos das casernas e dirigimo-nos à messe de oficiais pedindo ao comando que nos acompanhasse ao comandante do sector de Cabinda para assim pedirmos outro comando que nos comandasse como soldados do povo e homens que somos e não como máquinas fardadas! Em seguida pedimos a 4 oficiais (2 capitães e dois alfs. mil.) que assumissem o comando até a situação se resolver, pedido esse que nos foi negado, obrigando-nos a tomar a responsabilidade do quartel. Dirigimo-nos então, cerca de 150 homens em coluna, devidamente armados pois que nos podia surgir algum ataque da FLEC no percurso

até Cabinda, onde fomos expor os nossos problemas e pedir um novo comando.

Chegados ao sector, apresentamos através de oito de nós os nossos problemas. Depois de sermos ouvidos pelo sr. Coronel Fontão, comandante do sector de Cabinda, foi-nos dito que toda a responsabilidade do quartel, assim como a sua segurança, caía sobre nós. Foi-nos dito também que regressássemos ao quartel e que aguardássemos ordens quando lá chegamos vimos a alegria de todos os nossos camaradas ao verem que estávamos livres do comando fascista que nos reprimia.

OS SOLDADOS TOMAM CONTA DO QUARTEL

Realizámos imediatamente uma reunião no refeitório onde esteve presente um capitão do M.F.A. para tentar resolver as questões que haviam entre nós e os oficiais e sargen-

Continua pág. 2



Neste número

COOPERATIVA COMUNAL DA ARGEA.
CRIAR ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO AGRÁRIO (págs. 4 e 5)

AUTOGESTÃO FABRIL: CRIAR ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO INDUSTRIAL (págs. 6 e 7)

«SQUA ABREU» EM AUTOGESTÃO: PRODUIR PARA VIVER E NÃO VIVER PARA PRODUIR (pág. 7)

GRAFICOS EM LUTA (pág. 2)

«LEON LEVY»: A TEIA DO CAPITALISMO INTERNACIONAL (pág. 8)

COOPERATIVA COMUNAL DA ÁRGEA

O PROJECTO

Começámos por nos juntar. Três ou quatro sujeitos já nós conhecíamos, até por motivos políticos. Já tínhamos falado, em tempos, nessa ideia de irmos para o campo, sobretudo porque no campo das dificuldades são muito ma'ores, etc., etc. Então, no verão passado, resolvemos dar mesmo início a uma cooperativa.

O primeiro problema era resolvermos para onde havíamos de ir, cada um tinha os seus laços ligados a uma determinada região e quem começou concretamente com isto foi um moço aqui do Riacho, o Joaquim Alberto, eu e o Pedro e a Manuela, dois sujeitos que são arquitectos, o Armando, que foi quem logo veio para aqui.

Então, começámos a elaborar uns estatutos e, às tantas, o grupo começou a crescer, ainda pouco, mas começou a crescer um bocadinho. Viémos aqui para esta região porque era já conhecida

por mim e sobretudo pelo Joaquim Alberto que é daqui do Riacho, por um sujeito aqui da Argea, o Quintas, com quem eu estive preso durante um certo tempo. O Armando também o conhecia bem, portanto, era amigo comum, meu, do Armando e do Joaquim Alberto. E a multa conhece muita gente aqui desta região.

A multa ia ver hipóteses, terrenos que quisessem vender ou alugar e coisa assim, e foi justamente durante os passos que demos nesta região que apareceu, concretamente, a Argea, não tínhamos pensado concretamente vir para aqui. Tínhamos pensado primeiro localizarmos mais ou menos nesta região, por vários motivos, por conhecermos as pessoas, tínhamos ligações pessoais, portanto, não caíamos assim de pára-quad num determinado sítio, por outro lado, eu estou ligado, quer dizer, sou filho do campo, embora há já muito tempo não viva no campo, mas sou filho de rurais lá para a Guarda, mas não podia cada um ir fazer uma cooperativa

onde lhe apetecia, tínhamos de nos sujeitar a umas determinadas condições. Aqui, começámos por ver que havia o mínimo de condições e, além disso, era um sítio central em relação ao País todo, isso também é bastante importante em relação aquilo que a gente pretendia. Pretendíamos fazer uma coisa que servisse um bocadinho de exemplo. Bem, e nestas voltas que a gente deu, encontramos aqui sobretudo duas pessoas, aqui em Argea, o sujeito que estava lá em cima, o João António e uma senhora que é professora do ciclo que é a Maria Helena. A Maria Helena tinha uma série de terrenos, cerca de 50 hectares de terreno muito bom, mais ou menos cultivado, e tinha um sujeito a trabalhar no terreno, que é o Avelino, que é um dos assalariados que está cá na cooperativa, um sujeito de muito valor, percebe muito de agricultura, pelo menos tradicional, tinha tractor, tinha alfaias agrícolas indispensáveis para, pelo me-

(Continua na pág. 4)

Mudança de distribuidora

A partir deste número, depois de rescindido o contrato com a Regimprensa, o «Combate» passa a ser distribuído pela VASP - Soc. Transp. e Distribuições, Lda., Rua Marechal Saldanha, 4-3.ª, Lisboa-2.

Atraso deste número

Este número sai com o atraso de uma semana em virtude de paralisações a que os operários gráficos tiveram que recorrer na sua justa luta reivindicativa. (Ver, a este propósito, a pág. 2).

A LUTA DOS GRÁFICOS

PANFLETO

Camaradas gráficos

Há muito que os patrões se recusam a assinar o caderno. Perante isto, desde ontem que decidimos não esperar mais e exigir a assinatura já. Mas eles continuam a não assinar, à espera que a gente desista. Eles tentam convencer-nos a aceitarmos só parte das nossas exigências, dizendo que vão à falência e há despedimentos. Não camaradas! Se há alguém que deve ser despedido são os patrões, que têm vivido todos estes anos às nossas costas. **OBRIGUE-MO-LOS A ASSINAR E JÁ!**

Só os patrões (ou os seus lacaios) é que dizem que as nossas reivindicações fazem o «jogo da reacção». **REACCIONARIOS SÃO OS QUE DIZEM «NÃO A GREVE»**, os que incitam à «calma», «compreensão», «civilismo». Como é que pode haver compreensão com quem vive às nossas costas? Ou querem que a gente «compreenda» os carros, as casas, e os latos dos «pobres» patrões?

Não às manobras de divisão dos Patrões ou dos que se põem ao seu lado!

Só com a nossa luta unida conseguiremos vencer!

Pão igual aos dos Patrões! — Justiça Popular!

Ninguém arreda pé!

CLASSE OPERÁRIA CONTRA A CLASSE BURGUESA!

MOÇÃO DE «A CAPITAL»

Os trabalhadores do sector Gráfico Tipográfico e Fotográficos de «A CAPITAL» reunidas no dia 8/5/75, aprovaram uma moção cujo teor é o seguinte:

— Considerando que o processo desencadeado pela direcção do Sindicato das Artes Gráficas do Distrito de Lisboa, na elaboração e nas negociações do Caderno Reivindicativo não pbedeceram às regras da democraticidade Sindical;

— Considerando que as exigências de melhores condições de vida e de trabalho são questões de maior importância para os trabalhadores gráficos e, portanto, objecto de discussão e análise por todos;

— Considerando que os trabalhadores gráficos não podem lutar de olhos fechados às ordens de direcções sindicais que não os consultam;

— Considerando que o desencaixar e a organização dum luta geral dos gráficos, incluindo os dos jornais, não podem ser manobrados pela cúpula, sem prévia e ampla discussão pelos profissionais das Artes Gráficas, nos seus locais de trabalho;

— Considerando que toda esta

desorganização e ambiguidade, de que só a direcção do Sindicato é responsável, mais não visa do que controlar segundo as suas conveniências as lutas e avanços dos gráficos; **PROPOE-SE:**

— Que os delegados sindicais do sector técnico de «A CAPITAL» na próxima reunião com a direcção Sindical façam sentir a repulsa e a desconfiança dos Gráficos de «A CAPITAL» face às manobras por esta utilizadas.

Esta moção foi aprovada por maioria. (uma abstenção).

LITOGRAFIA INTERNACIONAL

Os trabalhadores de SILVA & SALDANHA, LDA. (LITOGRAFIA INTERNACIONAL), repudiam o comunicado emanado pelos cinco sindicatos das Artes Gráficas (Aveiro, Braga, Coimbra, Lisboa e Porto), e posto a circular na tarde de 4.ª Feira (0,45 horas, aproximadamente), por um elemento da Direcção o Sr. Jaime.

Porque muitos dos trabalhadores desta empresa estiveram desde o momento da convocação do Sindicato, na primeira linha de luta, resolveram todos os trabalhadores ser necessário a divulgação do comunicado que se segue:

I — Os trabalhadores desta empresa compareceram no Ministério do Trabalho acedendo ao apelo feito pelo Sindicato.

II — Al se mantiveram, ininterruptamente alguns, até à tarde do dia seguinte; porque a palavra de ordem repetida inúmeras vezes pelos elementos da Direcção do Sindicato, era, «Ninguém Arreda Pé».

III — Poque consideram que a luta dos trabalhadores quando inserida ao nível sindical, não tem forçosamente de ser dirigida por uma cúpula (a não ser que haja uma pré-organização e consulta das bases);

a) Acham os trabalhadores normal que alguns camaradas tenham feito um apelo através da Rádio, para que outros camaradas se lhes juntassem na luta.

b) Assim como acham natural o aparecimento de um panfleto (durante a manhã de 4.ª Feira) que apelava par a a continuação da luta contra os exploradores.

IV — Depois de ponderarem todos os pontos, consideram os trabalhadores o seguinte:

a) Que a convocação do Sindicato foi precipitada e mal organizada.

b) Que depois do processo estar em marcha haveria (como se fez) que obrigar o patronato a cumprir o que consideram principal; não aos despedimentos com ou sem justa causa, enquanto não haja legislação concreta sobre o que é ou não justa causa, pagamento do 13.º mês e um mês de férias com o respectivo subsídio de 100%.

c) Que o clima anárquico e espontaneísta criado apenas é devido à falta de coerência da Direcção do Sindicato, que depois de levar «açoites» não sabemos de quem, deu o dito por não dito e mudou de tática.

V — Consideram ainda os trabalhadores desta empresa que não foram dirigidos por ninguém e que a sua acção foi espontânea. VI — Como tal, protestam veementemente contra a Direcção do seu Sindicato e em especial contra o Sr. Jaime por este ter sido o deAlante de chamar *Traidores da Classe Operária*, aos trabalhadores em luta, quando da entrevista à Rádio já citada.

VII — Consideram por último os trabalhadores desta empresa;

a) Que traidores serão todos aqueles que põem os interesses particulares ou partidários à frente dos interesses de classe.

b) E os que para colmatar os seus fracassos, «sacodem a água do capote», caluniando os trabalhadores.

VIII — Informam os trabalhadores desta empresa, que ao tomarem pelos motivos já citados a primeira linha na luta, não o fizeram para defenderem os seus próprios interesses, mas sim os interesses da classe, uma vez que já possuem as regalias citadas.

Por um sindicato ao serviço dos trabalhadores, subscrevem os trabalhadores de SILVA & SALDANHA, (LITOGRAFIA INTERNACIONAL).

P.S. — Este comunicado é subscrito pela totalidade dos trabalhadores desta empresa.



DA AUTOGESTÃO AO COOPERATIVISMO NEGOCIADO

Continuação pág. 7

COMB. — E parece-me que é aquele problema que ainda há bocado se levantou: de os trabalhadores começarem a considerar as comissões que elegeram como novos patrões.

Op. B — E.P.P. — Lá sucedeu isso, agora não.

COMB. — É precisamente por isso, ou um dos aspectos é esse. Se vocês não discutirem todos os assuntos em conjunto e não decidirem como é que vão fazer...

Op. B — E.P.P. — Não, mas isso agora é o que a gente está a fazer lá. Ao princípio surgiam essas dificuldades com falta de conhecimento. Mas agora qualquer coisa que se tente fazer, evidentemente que reunimos e esclarecemos: é isto e aquilo, vocês estão de acordo? E o pessoal decide.

A gente ao princípio, lá está a tal falta de esclarecimento, avançamos coisas que não devíamos ter avançado, mas agora depois de começarmos a ganhar um bocado de contacto — ainda temos muito para aprender — foi-nos esclarecido do seguinte: qualquer coisa que se passe, seja o que for, temos de reunir, fazer ver ao pessoal e o pessoal toma a decisão por si próprio, a maioria, se se faz ou não se faz. Segue-se este caminho ou não se segue...

Op. A — E.P.P. — Eu acho que estamos no bom caminho...

Op. Ornitez — Eu creio que nesse caso das cooperativas, como não no nosso caso,

não sejamos obrigados...

Op. B — E.P.P. — Não, ninguém é obrigado...

Op. Ornitez — Eu digo obrigações nestes termos: porque enquanto vocês estão em cooperativas têm aquelas responsabilidades, portanto, há aquela Direcção, o Conselho Fiscal, a Administração e isso tudo — portanto, isso passa a ser um método mais ou menos oficial. E nós, em autogestão, sendo distribuídas as tarefas, já não é tão considerado aquele impacto — "ali vai um superior, ali vai o patrão, ali vai este" — e ao mesmo tempo não ficamos com essas obrigações, de produção e de caixa, como é o vosso caso, que vos emprestam dinheiro. Nós temos a produção nossa, lá dentro, — como é o caso agora na Ornitez — vendemos, vamos criando fundos — há sempre contas a acrescentar. Portanto, a malta fazendo assim, eu creio, que era melhor. Vocês agora, como estão registados como cooperativa não podem passar à autogestão. Eu creio que seria melhor que houvesse um empréstimo oficial para a autogestão do que para o sistema de cooperativas.

Op. B — E.P.P. — Também não sei...

Op. Ornitez — Digo-te mais pá: vocês na federação das cooperativas dando informações do sindicato e tudo isso eles,

geralmente, interessam-se e financiam dinheiro, quando sabem de antemão que esse dinheiro lhes vem ter à mão.

Op. A — E.P.P. — Pois é, isto é tudo muito romântico, é tudo muito lindo, mas agora não temos tempo para mudar as coisas.

Op. B — E.P.P. — Pois é, era o que eu ia apresentar. Nós temos que ver esta coisa: nós lutamos com muita dificuldade e com um valor grande que lá há e, como já disse está intacto. Mesmo assim, lutamos com muita dificuldade para arranjar estes 400 contos. Pedimos 4000, para já dão-nos 800 e eu desconfio que não deve vir mais nenhum. Mas a condição é esta, é que nós não temos compromissos de forma que podemos pagar daqui a 10, 20, ou 30 anos. É essa a facilidade que nos dão.

G.A. I — Vocês, praticamente, estão na situação em que estavam. Não tinham outra alternativa; ou iam para a cooperativa, ou ficavam desempregados.

Op. B — E.P.P. — Nós de qualquer maneira estávamos desempregados, por isso é que optamos por isso.

G.A. I — Mas é preciso ver uma coisa: não digo que vocês tenham feito mal, vocês tiveram mesmo que ser forçados...

Op. B — E.P.P. — Pois senão estávamos desempregados.

REPRESSÃO

A Pide espanhola actua às claras em Portugal com complicitade / colaboração das autoridades portuguesas

Na quinta-feira à tarde, 6 de Março, foram presos pelos bandidos da P. S. P. dois refugiados políticos espanhóis, Daniel Ramirez e Vitor Gomez, encerrados num prédio da rua Actor Isidoro, após uma fuga precipitada a elementos da policia politica espanhola que os perseguiram desde o Rocio. Encontram-se actualmente detidos, estando neste momento em péssimo estado de saúde com fracturas e contusões, sem a mínima assistência médica. A imprensa, largamente controlada pelo PCP, encarregou-se de silenciar aquilo de que tinha conhecimento: só um jornal diário divulgou a descrição dos acontecimentos.

Os miseráveis da policia judiciária (sob as ordens zelosas do ministro socialista e democrata Salgado Zenha) prossegue com os interrogatórios a diversas pessoas e realiza buscas em perseguição de refugiados espanhóis.

Os locais frequentados por refugiados espanhóis são tão procurados pelos pides franquistas como pela judiciária e pela PSP. O socialista Salgado Zenha deve exultar no seu gabinete à ideia dos progressos que o Estado democrático português faz na melhoria das relações internacionais com o Estado fascista espanhol.

Estes factos vêm no seguimento da entrega pelo Estado democrático português às autoridades espanholas do jovem maoista Gerardo Villaluenga que se refugiara em Portugal.

Tudo isto não nos espanta, pois também as policias democráticas francesa, belga, sueca, etc., colaboravam com a policia politica fascista portuguesa nas perseguições a refugiados portugueses. As forças da contra-revolução, os garantes da ordem sabem encontrar os seus aliados na repressão à subversão.

Porque se calam a imprensa e as organizações politicas acerca deste caso?

Porque dão a cobertura do silêncio a uma possível entrega dos dois refugiados presos na quinta-feira à policia franquista?

O internacionalismo, para eles, não passa de uma palavra oca e de um meio de fazerem publicidade a si próprios.

ABAIXO A COLABORAÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E O ESTADO ESPANHOL! ABAIXO O FACTO IBERICO!

NÃO PERMITAMOS A PERSEGUIÇÃO AOS REFUGIADOS ESPANHÓIS, QUER PELA POLICIA PORTUGUESA, QUER PELA ESPANHOLA!

NÃO PERMITAMOS A EXTRADIÇÃO DOS REFUGIADOS ESPANHÓIS E EXIJAMOS A SUA LIBERTAÇÃO IMEDIATA!

COMITE PARA A LIBERTAÇÃO DE DANIEL RAMIREZ E VITOR GOMEZ

LUTAS DE SOLDADOS NOS QUARTÉIS DE ANGOLA

tos. Esse sr. Cap. falou depois aos oficiais e sargentos que desde o princípio nunca concordaram com a nossa atitude e até a atacaram ferozmente. Por isso, abandonaram o quartel deixando-o entregue a nós, os soldados.

Com o quartel entregue a nós, soldados, desde logo começámos a viver grandes momentos de alegria porque éramos nós próprios que mandávamos em nós. Com disciplina, unidade, camaradagem sem limites, fizemos tudo sem predisar-mos de ninguém a reprimir-nos, efectuámos reuniões para reforçar a nossa unidade e para resolver as questões da direcção do quartel e podemos afirmar que tudo correu dum forma democrática e popular e chegámos à conclusão de que éramos capazes de dirigir os destinos do quartel sem estarmos sujeitos aos ditadores, que eram os nossos comandantes! Melhorámos a qualidade da alimentação, reforçamos até os postos de vigilância e até café servimos aos nossos camaradas que estavam nos postos, o que pode provar que havia entre nós um espírito de autêntica fraternidade e solidariedade. Elegemos uma comissão de 10 camaradas nossos para melhor distribuir as tarefas entre todos! Os mecânicos continuaram a

trabalhar, os enfermeiros a tratar dos doentes como até ali ainda não se tinha visto, as transmissões continuaram a funcionar normalmente, os trabalhos de limpeza foram feitos com um entusiasmo nunca visto. As rondas externas fizeram-se e até voluntários apareceram para fazer rondas aos postos durante a noite, o que nunca tinha acontecido antes.

Resumindo: chegámos à conclusão que quando nós unimos, constituímos uma força imparável! Aprendemos a organizarmo-nos e a lutarmos pelos nossos mais legítimos interesses, correndo com os nossos opressores! Esta experiência nunca mais será esquecida por aqueles que a viveram.

A REPRESSÃO

Mas a nossa alegria pouco tempo durou pois que a repressão depressa se fez sentir.

Ao cabo de 48 horas de alegria, unidade e responsabilidade criada por cada um de nós, o quartel foi cercado com um aparato militar era composto por: 2 caças FIAT, um bombardeiro, uma companhia de comandos, 2 pelotões da PM, 3 auto-metralhadoras PANHARD e uma companhia de caçadores. Enfim, todo um aparato militar para nos atemorizar e fazer recuar na nossa

justa luta.

Verificando que estávamos cercados nós, os soldados do BART 6220, formámos na parada, desarmados, e aguardámos que nos dessem alguma ordem, pois que nunca iríamos virar as nossas armas contra soldados nossos irmãos. Depois de essas forças entrarem no quartel fomos logo divididos em grupos de 20 (éramos mais de 300 soldados). Depois de divididos, 26 de nós fomos interrogados de uma maneira pidesca e levados para a casa de reclusão de Luanda onde nos encontramos há já mais de 30 dias.

A PRISÃO COMO ANTIGAMENTE

Sendo 300 soldados que fizeram o famoso porque 26 de nós é que fomos e estamos presos? Concerteza que consideram que houve cabecilhas mas esquecem-se que havia condições materiais para que todos nós nos sentíssemos revoltados! Foi um movimento geral de soldados que saíram o comando e não apenas 26 que o fizeram! Querem fazer crer ao povo que houve cabecilhas mas esquecem-se que os soldados portugueses não veem onde está a diferença entre a repressão a que estavam sujeitos antes e também depois do 25 de Abril. Será que a reacção

parte dos soldados ou de generais tipo Spínola? Porque é que são os soldados vítimas de perseguição quando os verdadeiros fascistas continuam em liberdade? Será que nós podíamos suportar o sr. Maj. Leiria Pires, 2º COMDT., que chegou a dizer que defendia a existência de policia do tipo da PIDE e que era o nosso principal inimigo? E o sr. Cap. Manuel José Monteiro que nos dizia que não podíamos adoecer (devemos dizer que só o nosso batalhão já tinha mais de 150 casos de paludismo devido ao clima doentio e à fraca alimentação que nos davam, principalmente) sem preenchermos um papel a dizermos que estávamos doentes. Nós não somos médicos! E o sr. Maj. João S. de Carvalho que chegou a agredir alguns de nós? E o sr. Ten. Cor. Rafael G. Ferreira que era o nosso COMDT. e que se fartou de nos fazer promessas e quando nós quisemos saber o que é que tinha ido fazer a Luanda abandonou a reunião nas nossas barbas dizendo que não tinha mais nada para dizer?

OUTRAS LUTAS E OS CHICOS.

Cheira-nos que aíral não somos nós os rebeldes porque já têm acontecido alguns casos idênticos em

Angola! Foi com o BCAC 4911/74 e com a CCAC 4245, por exemplo! Muita confusão há no Ex. Port.! Nós pensamos que o mal todo está na chicalhada que a nossa custa fazem prédios, ganham vinte vezes mais que nós, tratam-nos como cães e dão-nos merda para comer! Toda a gente sabe que os sarg. chicos se orientam em grande à custa do dinheiro da nossa comida!

Queremos que os soldados si em Portugal saibam tudo o que se está a passar! Queremos uma autêntica justiça que nos liberte e prenda esses bandidos que se engordam como porcos enquanto nós vamos caindo doentes de fracos que estamos. Porque é que a chicalhada não come o que nós comemos também? Nós não temos uma boca igual à deles!

FORA COM A CHICALHADA! VIVA A JUSTA LUTA DOS OPRIMIDOS! VIVA A LUTA DO POVO PORTUGUÊS!

PRENDAM OS FASCISTAS E LIBERTEM OS SOLDADOS!

Com pedido de publicação à "Folha Comunista", à "Causa Operária" e à "Voz do Povo" e divulgação à UDF!
Os soldados do BART 6220

AUTOGESTÃO EM PORTUGAL

Constatamos o seguinte: é nos sectores da indústria têxtil, das confeções e por vezes na indústria de mobiliário e lacticínios que aparecem preponderantemente as ocupações de fábrica e entrada em autogestão. Porquê? Entre outras razões, parecem-nos de assinalar as seguintes: trata-se de indústrias relativamente «pobres», de técnica simples, de aprendizagem fácil por parte de trabalhadores sem preparação prévia especializada; indústrias cujo circuito de produção e comercialização é breve, não implica grandes processos e intervenientes intermédios (adquire-se o fio, tece-se uma peça de pano, que nessa ou outra fábrica está pronta para a confeção; adquire-se a madeira e poucos mais materiais — faz-se um móvel pronto para o mercado).

Essas características, nomeadamente as que dizem respeito à mão-de-obra a utilizar, ligam-se com outras, de ordem económico-social: em primeiro lugar, despertam o interesse do investidor nacional e sobretudo estrangeiro, que em óptimas condições de lucro podem instalar fábricas e competir vantajosamente nos mercados. Assim, em muitos casos o financiamento e funcionamento de tais empresas está à mercê de investidores, que ainda por cima — e é o segundo ponto — encontravam nos trabalhadores condições objectivas que lhes impediam tomar consciência da sua situação de dependência precária e procurarem por si mesmo soluções. Com efeito, essa mão-de-obra barata, não especializada, sem possibilidade de instrução, vivendo predominantemente em zonas de características rurais (mesmo quando implantadas em pequenas cidades ou vilas — caso do Minho e Douro Litoral — em que muitos operários podem melhorar um pouco o salário miserável com o cultivo de terras e criação de animais), não tem tido a experiência de associativismo e luta operária que os grandes centros e as grandes empresas de técnicas mais avançadas proporcionam e exigem a uma mão-de-obra mais qualificada e com acesso mais fácil a formas várias de instrução e cultura.

AUTO-GESTÃO E CRISE ECONÓMICA

Como é, então, que nestes sectores desfavorecidos aparece a autogestão, que nós consideramos, pelas razões que apresentaremos, uma forma avançada de luta, um fenómeno revolucionário?

Os fenómenos de autogestão aparecem quase sempre num momento de crise da empresa: declara-se uma falência, o patrão fecha a fábrica; as reivindicações operárias são recusadas, ou então uma empresa periclitante é pura e simplesmente (às vezes não tão pura nem tão simplesmente) deixada nas mãos dos trabalhadores por um patrão desinteressado. Nesse momento de crise, o problema é subsistir, e subsistir significa ter emprego. Para isso dá-se um passo radicalmente novo: ocupam-se as instalações, os trabalhadores — ou parte deles — declaram-se «em autogestão», a fábrica retoma como pode a laboração: o emprego e o salário correspondente ficam, melhor ou pior, assegurados no imediato.

A euforia ou terror do primeiro passo sucedem-se rapidamente as dificuldades inerentes ao processo; elas transcendem a simples questão de manter o emprego. E é então que a autogestão começa a revelar todas as suas potencialidades de processo novo e não é um simples recurso mais ou menos feliz a que se deita mão para resolver transitoriamente uma situação de crise e de risco de desemprego.

Daqui a importância de que se reveste a análise das possibilidades surgidas, das reacções dos trabalhadores, das atitudes dos órgãos de poder político. O que faremos mais adiante.

ATITUDES OFICIAIS

Qual a atitude do Governo Provisório e das outras forças directas ou indirectamente detentoras do poder político (sindicatos, partidos, organizações de crédito, etc.) perante a autogestão?

A esta pergunta começaremos a responder com uma constatação: os processos de autogestão aparecem ou, pelo menos, tomam corpo em pequenas e médias empresas. Quando uma AC/TORRALTA ou empresas de envergadura semelhante se declararam incapazes de prosseguir em laboração com o risco de despedimento de alguns milhares de operários, surge o Estado que por este ou aquele processo toma conta da empresa, nomeia uma comissão administrativa, mantém a empresa em funcionamento. Porquê?

Se o passo que antecede a tomada da empresa e a entrada em autogestão é a necessidade sentida pelos trabalhadores de garantirem o emprego e os salários, como conseguiriam os novos gestores, os intermediários, isto é, os novos patrões (agora estatais), cumprir o seu papel no actual estágio de desenvolvimento do capitalismo de Estado se grandes empresas passassem a ser globalmente controladas, geridas, pelos próprios trabalhadores? Aí entra a planificação económica com tudo o que isso arrasta. O ministro M. Murteira fala em «escolas de gestores». Tentam-se integrar os trabalhadores nos sindicatos. Elaboram-se projectos de comissões técnicas — recém-licenciados — que iriam pôr o conhecimento da realidade do local de produção por parte dos trabalhadores ao serviço do plano (seria também uma maneira de resolver parcialmente o problema do desemprego que grassa nos meios dos recém-licenciados).

Quando, porém, uma pequena ou média empresa, de características aproximadas às que referimos anteriormente, se apresenta em situação semelhante e esboça uma luta pela sobrevivência, concretamente mediante o funcionamento autogestionário, então o governo (e outras sedes do poder político) mostra-se ambíguo, hesitante, surdo ou desinteressado perante o processo em curso. Não o impede, porém. Porquê? Estará interessado no controlo directo ou porventura na apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores? É a essa pergunta que seguidamente tentaremos responder.

AS DIFICULDADES DE AUTOGESTÃO

Nem todos os trabalhadores têm conseguido prosseguir na luta autogestionária, pois que a primeira limitação que lhes aparece é a do fornecimento de matérias-primas. Esta questão é agravada naquelas empresas em que tal matéria-prima é importada do estrangeiro. Mas, mesmo no caso em que a matéria-prima é adquirida no mercado nacional, os trabalhadores lutam de imediato contra o boicote dos fornecedores capitalistas, e raros são os casos em que este boicote é rompido. Quando os trabalhadores encontram nas suas fábricas matéria-prima em stock, isso permite-lhes a laboração da fábrica por um período mais ou menos longo. Quando esses stocks não existem, levanta-se o problema da sua aquisição. Aquisição dificultada não só pelo boicote capitalista já referido, mas também pela ausência de capitais que permitam a sua aquisição. E é assim que os trabalhadores são forçados a recorrer aos órgãos do poder para conseguirem «fundos de manei». Este é o primeiro passo para a perda de autonomia, autonomia conquistada no acto da ocupação da fábrica. Como mais adiante veremos, é servindo-se desta necessidade de capitais que o governo e outros órgãos de gestão ou controlo político irão procurar o enquadramento e controlo dos trabalhadores.

Nos casos em que estas barreiras são ultrapassadas pelos trabalhadores, o processo de autogestão continua e, com ele, continua a aprendizagem pelo trabalhador do processo autogestionário. É certo que a luta destes trabalhadores é em primeiro lugar condicionada por duas questões fundamentais: uma, a já apontada necessidade de capitais (em dinheiro ou em matérias-primas); outra, a necessidade do escoamento do produto fabricado. Estas duas questões, em todos os processos autogestionários por nós conhecidos, são de facto as que condicionam o desenvolvimento do processo de luta, são elas que limitam os avanços da luta, são elas que originam as maiores ou menores dificuldades de controlo dos meios de produção pelos trabalhadores.

AS COMISSÕES

É certo que enquanto os trabalhadores são forçados a pensar em como arranjar capitais ou em como vender o produto para assegurar o salário, dificilmente poderão colocar ou colocam outras questões. É assim que a participação de todos os trabalhadores na produção é entendida como necessária pelas comissões de trabalhadores. Como necessária, não porque o entendam como direito igual de todos os trabalhadores a participar na gestão, mas como necessidade de aumento de produção, o que lhes permitiria competir no mercado capitalista. Quer isto dizer que, no início, o importante para os trabalhadores tem sido encontrar um ou mais trabalhadores que pela sua capacidade consigam gerir a fábrica — são as comissões. Estas comissões aparecem pois como o conjunto dos mais capazes de gerir a empresa. É de notar que não se levanta, aqui, nem se pode levantar, o problema da formação «política» de tais elementos, mas sim a sua capacidade de gerir os negócios. Mas quando os trabalhadores se apercebem de que afinal o patrão já não existe e tais comissões aparecem à frente de tudo ou resolvendo tudo, sem que tal resolução decorra da participação real de todos os trabalhadores, a verdade é que tais comissões começam a ser postas em causa.

Nalgumas fábricas em processo de autogestão, a primeira comissão de gestão foi substituída já, não pelos que apenas sabem gerir mas pelos que, gerindo, o fazem permitindo uma maior participação de todos os trabalhadores no processo produtivo. Isto acontece porque os trabalhadores, apesar da sua preocupação continuar a ser, principalmente, de como manter o emprego e arranjar os salários, se apercebem, ou vão-se apercebendo, de que de facto essa preocupação é colectiva. E que colectivas são todas as outras preocupações. E é procurando a resolução desses problemas que os trabalhadores em autogestão têm sido forçados, por um lado, a reforçar a solidariedade entre as diversas fábricas em autogestão e, por outro, a alargar essa solidariedade (não só económica) a outros trabalhadores de empresas que não estão neste processo de luta.

A SOLIDARIEDADE NECESSÁRIA

Eles sabem que, em autogestão, a venda do produto está limitada, não apenas porque a crise no seu sector existe mas também porque os capitalistas compradores lhes fecham as portas do mercado. Eles sabem que é através da solidariedade de outros trabalhadores, de comissões de trabalhadores doutras fábricas, que a venda da mercadoria é assegurada. É assim, e por isso, que eles se juntam, discutem e em conjunto iniciam a desmontagem e compreensão do sistema capitalista, o começam a compreender no seu todo, e reforçam a sua consciência de classe.

Afirmámos atrás que era da necessidade de garantir capitais que apareciam condições que iriam permitir ao governo e outros órgãos do poder iniciar a recuperação destas lutas autónomas.

Os trabalhadores, esgotado o primeiro movimento no sentido de obterem a solidariedade económica (e não só) dos outros trabalhadores, são forçados a virar-se para o governo. São necessários capitais, é preciso ir buscá-los, mas as comissões de trabalhadores, hoje, não vão sozinhas aos ministérios. Os ministérios são entendidos como órgãos do poder, distanciados dos trabalhadores. Para se ir lá exigem-se credenciais de sindicatos, por vezes até «cunhas» da Intersindical. E nestes passos que se inicia o controlo sobre estes trabalhadores. Nem sequer se admite que os trabalhadores exponham a sua situação, discutam os seus problemas, directamente, com os doutores do governo. O intermediário é aqui uma constante — o sindicato. Aos trabalhadores são colocadas questões burocráticas que não entendem, são-lhes postas questões que lhes escapam, que procuram portanto criar a sua dependência. E que de imediato esta é a forma mais simples e possível de procurar controlar estes trabalhadores, de os enquadrar nos sindicatos.

Se ao governo e outros órgãos do poder interessa de certo modo que estas lutas existam, enquanto formas de evitar o agravamento do desemprego, já a sua autonomia crescente não pode ser tolerada.

Nos últimos tempos apercebemo-nos de que o governo e outros órgãos de poder procuram encontrar formas de controlo e enquadramento destas lutas autónomas.

TIVAS AO CAPITALISMO INDUSTRIAL

Comb. — Posso levantar outro problema? Vocês iam lá e eles diziam: «você deve fazer assim e assado», vocês chegavam à fábrica e diziam isso; vamos supor que as pessoas na fábrica não concordavam, queriam fazer as coisas de outra maneira.

Op. A — E. P. P. — Bem, por acaso nunca estivemos em desacordo.

Op. B — E. P. P. — Eu explico: é que nós quando fizemos a cooperativa, ao mesmo tempo havia os estatutos, onde foram lidos e aprovados.

Comb. — Sim, mas quem é que dentro da fábrica disse que eram necessários os estatutos?

Op. A — E. P. P. — Não, nós somos obrigados a ter estatutos.

Comb. — Mas quem é que impôs isso? Foram os operários da fábrica que impuseram esses estatutos?

Op. A — E. P. P. — Da Federação das Cooperativas enviaram-nos os estatutos, e nós agora podemos ampliá-los dentro da maneira que...

COMB. — Reparem no seguinte: ou bem que uma comissão de trabalhadores representa os trabalhadores — e nessa altura a discussão de todos os problemas tem de ser feita por todos — ou a comissão de trabalhadores está ao serviço da União de Cooperativas — e nessa altura vai cumprir o que a União disse. Se eu sou eleito para representar os trabalhadores eu tenho que discutir com eles. Se é assim, todos os problemas, desde como é que vamos fazer — se vamos dar um passo para a direita ou para a esquerda — até à necessidade de ter estatutos ou não, devem ser discutidos. E assim eu sou o representante dos trabalhadores. Agora, se eu não faço isso, ou se a comissão de trabalhadores não faz isso e, em vez disso, aceita e propõe aos trabalhadores aquilo que lhe disseram do exterior, ela não está ao serviço dos trabalhadores mas ao serviço daquilo que lhe disseram.

Op. A — E. P. P. — Nós não vamos à Federação perguntar se é preciso isto ou aquilo, nós é que organizamos dentro das indicações que tomamos, é que fazemos os estatutos.

COMB. — Mas as indicações que tomaram quem é que lhes deu? Foram os trabalhadores ou são os estatutos que a Federação mandou?

Op. A — E. P. P. — Os estatutos vieram e nós agora é que organizamos aquilo, não estamos com a Federação lá dentro.

Op. B — E. P. P. — Dentro dos estatutos que nós mandaram nós, podemos alterá-los. Há aqui alguém que trabalhe em sistema de cooperativa? — Não.

Op. A — E. P. P. — Ora bem, qualquer dos senhores que o resolvam, sem conhecimento como é que vão resolver a coisa? Foi o nosso caso. Nós tivemos, realmente, de seguir um caminho; ora, quem nos elucidou foi uma pessoa que está formada dentro dessa orgânica do cooperativismo. De forma que tivemos de ir ao ministério, que ele veio de Lisboa e está aí volta e meia, para que nos explicasse a solução, vá lá, o caminho que tínhamos que seguir para aquilo. E então eles lá começaram a elucidar-nos da maneira como devia ser e a acompanhar alguns assuntos. Esse Gonçalves Pereira, que é lá funcionário do ministério, explicando a coisa para a gente, disse que teríamos que seguir aquele ritmo para a cooperativa, donde nos deviam ser enviados uns estatutos, como o foram em breves dias, e que terá de ser feito desta norma ou daquela. Claro, os estatutos estão aqui mas não quer dizer com isso, dizem eles, que se há umas cláusulas aí que nós próprios trabalhadores depois de lerem a coisa e se planearem que foi alterado, podem alterá-los de um momento para o outro, mas têm que entrar dentro destas linhas para ir para o cooperativismo. Porque nós, além de irmos para o cooperativismo havia esta coisa da — que a gente lá está a sentir — gravidade da falta de capital; e nós para exigirmos isso tínhamos de estar dentro do assunto e com aqueles legítimos direitos do que é a cooperativa...

G. A. 2 — Dentro das regras deles...

Op. B — E. P. P. — Dentro das regras deles, porque senão fomos para o ministério — como houve dois ou três encanções, chegámos a ir para Lisboa — e faltavam lá umas pequenas coisas, e tal, e depois tinham que se compor lá, por acaso foram lá ter com o sr. Figueiredo e ele lá compôs a coisa. E dali é que nós começámos a integrar dentro da coisa, porque formar-se uma cooperativa eu acho muito bem mas não julgo ninguém que aquilo se faz com muita facilidade e aquilo tem muitos problemas, fiquem sabendo. Surgem muitos problemas mas continuam a surgir, porque isso foi-nos apresentado e a gente já os discutiu... problemas, e graves, que as coisas estão sempre a aparecer, por isso a gente que não tenha...

Sousa Abreu — Com isso da cooperativa, os problemas são os mesmos que se estiver a trabalhar em autogestão. Não é?

Op. A — E. P. P. — Sim, é a mesma coisa... Mas o que eu quero dizer: estão sempre a surgir problemas, e a gente não tendo conhecimentos, não estando metidos dentro da orgânica, claro, evidentemente que não podemos dar saída à coisa. Temos que realmente ter pessoas que nos esclareçam, que é o nosso caso, que ainda andamos a aprender muito. Porque esta coisa não é resolvida como muita gente julga e pensa; tem muitas dificuldades, muitas mesmo.

Op. Deleg. Sind. — Isso é uma consequência do sistema capitalista e da máquina burocrática do ministério.

COMB. — Desculpa a minha insistência nisto: falou-se em capitalista e não sei quê, é tudo muito bonito, mas o capitalismo não é uma coisa abstracta, é uma coisa que existe, uma coisa real. Parece-me que estar a falar somente em termos de burguesias e capitalismo não nos leva a nenhum lado.

Op. Del. Sind. — A mim parece-me que eles não estão enganados para saberem no sistema em que estão inseridos...

Op. A — E. P. P. — Do sistema está bem, mas a gente agora... É o que eu quero dizer, dentro do sistema do cooperativismo estamos a fugir, são as tais dificuldades, compreende, nós agora temos capital, mas agora surge-nos outra dificuldade, que é a sabotagem na praça. Eles apontaram-nos tudo isso, mas além disso, como eles dizem, agora, podem surgir muitas mais coisas. Mas temos que vencer a coisa, a minha expectativa é esta: mas vamos sofrer um bocadinho, mas surgem-nos as dificuldades...

G. A. 2 — Se vocês não fizerem as regras de jogo deles, vocês não eram aceites no cooperativismo...

Op. A — E. P. P. — Ah pois não. Mas é preciso notarmos uma coisa: esta coisa que falamos agora da cooperativa do Gonçalves Faria... eles não pertencem ao ministério do trabalho, nem tão pouco, eu até desconhecia isso, até julguei que fossem funcionários do Estado. Quer dizer nem pertencem a ministérios nem nada, é uma dependência particular que existe.

COMB. — Outra coisa que eu queria perguntar: o ministério do trabalho emprestou-vos dinheiro (ou por intermédio dele), mas há muitas fábricas que precisam de uma máquina de corte, outras que precisam de outras máquinas, e o ministério não lhes arranja dinheiro nenhum. Aquilo que me parece que está a suceder é que quando as pessoas se propõem a fazer uma cooperativa o ministério do trabalho arranja dinheiro. Mas quando estas pessoas não querem formar uma cooperativa o ministério do trabalho não arranja dinheiro. Porquê?

Op. A — E. P. P. — Não sei. Isso já não posso explicar.

G. A. 2 — Eu queria frizar uma coisa: vocês quando tomaram a posição de ocuparem as instalações e começaram a produzir sózinhos, foi porque consciente ou inconscientemente se revoltaram contra umas determinadas regras de produção, de trabalho, que vos eram fixadas por outras pessoas, portanto, o patrão é que mandava e fixava as regras, etc... Portanto, vocês revoltaram-se contra isso, mas nem sequer tiveram tempo, ou que dizer, dão-vos a solução da cooperativa e apresentam-vos também as regras do jogo. Nunca dão tempo, nem a eles é isso que interessa apontar, é que os próprios trabalhadores se reúnem e vejam que não nos interessa trabalhar por regras fixadas por outras pessoas. Porquê? Porque os nossos interesses são postos de lado, sempre que são regras já-dadas. Vocês não se reuniram e não pensaram: "nós saímos de uma maneira de produzir e agora temos tempo de pensar como é que devíamos fazer, como é que há-de ser as relações aqui, como é que há-de ser a produção, fixar as nossas próprias regras". Neste sistema ou vocês trabalham assim ou apontam-vos uma solução — a cooperativa. E então na cooperativa vocês têm já as regras fixadas, as regras que vocês têm de cumprir.

Op. B — E. P. P. — Não, isso não é bem assim; apontaram-nos isso e depois então prosseguimos no sistema de cooperativas e foram-nos elucidando da maneira que a gente devia fazer.

G. A. 2 — Pois, mas se vocês não quissem a cooperativa que outra alternativa é que vocês tinham?

Op. B — E. P. P. — Ah... A alternativa era a de falência. Era o andarmos para lá à balda.

G. A. — É por isso que eu digo que vocês estão numa situação em que não têm possibilidade de escolha. De qualquer maneira as regras são-vos fixadas de fora e vocês têm de optar por uma ou por outra — do mal o menos, não é? Mas nunca são vocês, melhor, até agora não foram, a organizarem-se e a dizer como é que acham justo que isto cá dentro se processasse.

Para melhor compreensão dos assuntos versados na continuação das entrevistas (Sousa Abreu e L. Levy) que publicamos neste número de "Combate", sumariamos os pontos focados nos níveis anteriores:

Sousa Abreu (Guimarães)

1 — A 11 de Setembro o patronato tenta encerrar as instalações e que não se verifica devida à acção imediata dos trabalhadores que ocupam imediatamente as instalações para que nada fosse retirado: maquinaria, matéria-prima e produtos já fabricados;

2 — Imediata solidariedade da população e das fábricas vizinhas que, inclusivamente, fazem piquetes no exterior da fábrica para obtermos a qualquer acção do patronato apoiado pela polícia, outros solidarizam-se enviando donativos;

3 — Retirada dos stocks para lugar seguro;

4 — Decidem começar a trabalhar em regime de auto-gestão;

5 — Com o apoio de trabalhadoras de outras fábricas começam a vender, fora do mercado comercial, o produto do seu trabalho;

6 — A acção vacilante do Sindicato é notória;

7 — O tribunal decide selar a fábrica o que não resulta, pois os credores são os operários.

COMB. — Agora têm menos operários e mais máquinas a trabalhar...

B — Sim, agora temos menos operários e temos mais máquinas a trabalhar!

COMB. — Qual será a explicação por que o patrão não pôs essas máquinas a trabalhar?

B — Ele já estava com a ideia de fechar porque anteriormente ainda tinha mais teares a trabalhar do que os que temos agora, uns meses antes tinha mais teares a trabalhar do que os que temos agora. E nós é que se isto for para a frente é que ainda vamos por mais teares a trabalhar! Agora estão a trabalhar uns 22 mas podemos pôr a trabalhar uns 35 ou 40 teares. Pelo menos esses teares melhores — alguns teares não adiantam nada pô-los a trabalhar porque parte deles já nem sequer têm as peças todas — mas temos ainda 35 ou 40 teares que ainda podem trabalhar.

COMB. — E estes operários chegam para...

B — Estes operários não chegam.

COMB. — Então há hipótese de vir a empregar mais pessoas?

B — Sim, há hipótese de, se isto for para a frente, empregar mais alguns operários.

COMB. — Quer dizer, passavam de uma situação de despedimento para uma situação de emprego, quer dizer, em vez de terem sido mais 30 operários levados ao desemprego, estão a arranjar...

B — A arranjar emprego para outros desempregados! E precisamente isso; nós realmente a trabalhar com o governo, o governo quer que se produza e não o desemprego, não é. Nós queremos contribuir para que o país progrida, estamos nessa ideia...

COMB. — Bem, para isso talvez seja preciso pôr assim em causa os patrões. Quando eles estão a lançar

Já modifiquei diversos artigos que no tempo do patrão não se fazia e que aliás tem tido muita venda. Por exemplo, estes toalhetes em quadrinhos não se fazia antigamente; fazia-se o toalhão e a toalha mas, é claro, vendia-se só uma coisa de cada cor e não tinha venda. Depois então mandei fazer o toalhete com estes desenhos, não é. Está-se a fazer o conjunto todo, um toalhão, toalha e toalhete com bolinhas e quadrinhos que tem realmente muita saída.

COMB. — Sim, essa era uma das perguntas que eu ia fazer. Nesse aspecto há uma melhoria de qualidade.

A — Sim, esse conjunto de quadrinhos está-se a vender muito. Tem-se levado muita coisa para o Porto, e de bolinhas também que se vende muito. Agora estou a pensar em fazer um outro artigo novo, uma toalha de prata, para o tempo da praia. Estou a tirar a amostra para pôr essa toalha em funcionamento, toalha e toalhão para a praia. Continuamos na mesma com os mesmos artigos, modificando alguns.

COMB. — Uma outra pergunta era sobre o contrato colectivo dos têxteis que está a ser negociado. O sindicato mandou alguma coisa para aqui, para discutir o contrato cá na fábrica?

A — Não, não mandou. Por acaso tive conhecimento e poderia ter trazido algum contrato, mas sabe com os muitos afazeres até passa essa coisa. Já lá tenho estado e ouço falar sobre esse assunto, mas verdadeiramente não tenho... é claro que sabemos perfeitamente que aquilo foi pedido uns salários bons, não é, mas não irão ser aprovados dessa maneira que está. Ainda no



A VENDA:

ANÁLISE DA ACTUAL
CRISE ECONÓMICA

DE JOÃO BERNARDO

Pedidos a «COMBATE»

Preço provável: 15900

domingo estive no sindicato e estava lá um membro da direcção a expor ao nível das pessoas que estavam lá: «está realmente um bocadinho puxado, e tal, vai ser difícil os patrões concordar com isto tem que ser assim porquanto é claro nós temos de baixar». É claro que se vamos pedir o que aquilo vai ficar, por exemplo estamos em 3300\$00; se vamos a pedir 400\$00 (ou 3800\$00)! Ora é claro temos de pedir 5600\$00 ou 6000\$00 para vir para 5000\$00 ou 4500\$00! E se vier para os 4000\$00...

B — Eles no outro dia quando estivemos lá diziam que se iam bater para os 4500\$00 mas se...

9-4 — SOUSA

A — É, também é a minha ideia que eles vão tentar vir para os 4500\$00; se não puder vir para 4500\$00 que fique pelo menos em 4000\$00.

B — Mas se fica nos 4000\$00 fica sempre a indústria têxtil mais baixa que as outras, mas muito mais baixo. Portanto era bom que ficasse nos 5800\$00.

COMB. — Por exemplo, no ramo dos químicos o mais baixo que eles têm é 5500\$00, e estão dispostos a aceitar mas também é um ramo que dá, não é, indústria química plástica e essas coisas, mas normalmente os têxteis...

A — Ou tinham de subir ao artigo...

B — Mas também dá! O pior é que os patrões o que querem é engrassar ao fim do ano...

B — Mas os outros também têm subido...

COMB. — Há um problema que é em relação aos têxteis, por exemplo: de facto o ramo têxtil pode não dar tantos lucros como dá outro ramo qualquer; agora a verdade é que o patrão investe no ramo dos têxteis — e que às vezes é o mesmo que investe no químico — ele quer tirar o mesmo lucro nos têxteis que tira nos químicos; vende um produto um bocadinho mais caro e o outro vende mais barato, mas ele quer continuar a ter aquela mesma margem de lucro, se tira 15 ou 20% no outro (quando não tira muito mais). Portanto, afinal quem acaba por pagar é o operário. De maneira que isto claro só se pode solucionar (e não só o ramo dos têxteis, como os outros ramos) quando as fábricas não forem construídas com a ideia do lucro, mas forem construídas para satisfazer uma necessidade — por exemplo, toda a gente precisa de toalhas ou camisas...

A — Pois, é preciso fazer a socialização das indústrias, não é? O operário ter o direito de contactar nos lucros das empresas, para que o operário sinta que tem de trabalhar, tem de produzir, tem de deixar de estagiar, para que possa haver lucros e o operário tenha lucros também, não é?

COMB. — Quer dizer, e inclusivamente começar a montar fábricas que sejam fábricas para satisfazer as necessidades mais. Por exemplo, se vocês aqui têm um patrão, o dinheiro que ele vem aqui tirar nos lucros — se fosse para as necessidades dele, sei lá de ter uma casa para viver — mas a maior parte das vezes para onde é que vai esse dinheiro? Esse dinheiro vai para luxos, não é... em vez de ir para um hotel pagar 50\$00 ou 80\$00, anda a pagar 500\$00 ou 600\$00 —, que é para estar realizado. Quer dizer, de facto há uma margem de dinheiro que quem a paga é o operário que trabalha e não recebe pessoas que vão às lojas e vão ao comércio que tem cada vez que pagar mais caro. Eles vão sempre recuperar o dinheiro; o problema é precisamente o de produzir não é que há um pequeno grupo de pessoas que recebe tudo e a maior parte das pessoas, as que trabalham que...

A — Que não recebe nada!

COMB. — E chegou ao fim do mês cada vez vêm que... eles aumentaram-lhe 500\$00 mas chegam ao mês seguinte e aquilo que compravam por 5 já lhes custa 5 e meio ou 6...8

A TEIA DO CAPITAL

GRUPO LEON LEVY

- 1 — Perante o não pagamento dos salários e do subsídio de férias os trabalhadores decidem ocupar as instalações do Grupo;
- 2 — Denúncia do não pagamento, por parte da entidade patronal, da diferença do imposto profissional, do imposto para a Caixa de Previdência; do imposto de Turismo;
- 3 — Denúncia de outras manobras fraudulentas.

OS HOTEIS DO ALGARVE

COMB. — Os hotéis e restaurantes que estão a funcionar no Algarve têm tido uma frequência mínima ou não?

TRAB. B — De facto no que respeita à Aldeia do Mar tem tido a melhor ocupação de todos os empreendimentos do Algarve. Contudo isso monetariamente nada diz, na medida em que foi feita uma campanha de promoção procurando e oferecendo a Aldeia do Mar a todas as classes. E é realmente o que pretendemos é lançar os nossos empreendimentos turísticos num campo socialista: fazer férias a toda a gente. E assim fizemos uma campanha de promoção com os preços muito irrisórios oferecendo férias a toda a gente. O facto de termos conseguido uma ocupação superior aos outros empreendimentos isso monetariamente nada diz, não é suficiente para manter mesmo a própria actividade da empresa.

TRAB. D — Pode-se acrescentar, eu não sou do Algarve, que o Hotel Algarve em relação aos anos anteriores esteve em precárias situações, pois é um hotel de 5 estrelas e partindo dum princípio que o capitalismo está em decadência, portanto é um hotel que tem dificuldades em sobreviver mantendo as 5 estrelas. No caso de Vila Lara, que é onde eu trabalho e que também é um empreendimento turístico de 5 estrelas, estamos a atravessar dificuldades enormes, será quanto a mim, é quase impossível ter-se lucros dentro daquela exploração porque é uma exploração que só serve para o capitalismo e o capitalismo está em decadência. No momento actual nós fizemos novas tabelas de preços, para este momento, quer dizer, não estão previstas para o Verão de momento, mas mesmo assim continuamos a não ter clientes.

TRAB. B — Quanto à Aldeia do Mar, a situação, embora precária neste momento, pois nós sabemos que a Aldeia do Mar é um aldeamento turístico inteiramente virado para o turismo nacional e que dentro de poucos meses, relativamente perto do Verão, tem como aliás já o ano passado teve imensas possibilidades de estar totalmente cheio, o que dará umas possibilidades bastantes vastas para os próximos meses.

TRAB. A — Aliás, convém esclarecer, e eu acho que é bastante importante, que os trabalhadores do grupo Levy não estão sozinhos na sua luta. Para além do apoio do Combate, temos tido o apoio incondicional dos sindicatos. Convém aqui esclarecer que os sindicatos estão na sua hora e estão positivamente voltados para os trabalhadores e nós temos tido todo o apoio dos sindicatos, tanto os de Lisboa como os do Algarve. Isso quer dizer que o País está conosco.

COMB. — A minha pergunta vem um pouco atrás. De qualquer modo a frequência que se tem verificado e que nalguns casos é maior do que o normal nos hotéis do Algarve, não é de modo algum suficiente para pagar aos trabalhadores?

TRAB. B — De maneira nenhuma. Como disse, pois foi uma campanha de promoção com os preços muito baixos, que de maneira nenhuma podem pagar de momento o que quer que seja. Apenas para uma questão de manutenção, nada mais. Evidentemente, que no Verão as tabelas de preços são mais elevadas, o afluxo turístico é maior e pode-se fazer face a despesas e salários, mas o Inverno trará consigo os eternos problemas. Contudo, logo que estejamos um pouco mais livres desta preocupação que é a intervenção do Governo e a solução do problema, claro iremos debruçarmo-nos inteiramente numa campanha de divulgação dos nossos empreendimentos. Para isso, evidentemente, terão de ser estudadas as hipóteses mais adequadas, ou seja, um nivelamento de preços de forma a que realmente possamos aceitar toda a gente, o que aliás já disse a pouco, já se vem verificando na Aldeia do Mar. Iremos fazer

uma campanha imensamente grande para divulgação dos nossos empreendimentos turísticos, o que aliás tem acontecido através das agências de viagens, que nos têm procurado imenso. Não só nos apoiam como nos procuram também, porque para além de todas as condições que outros aldeamentos e empreendimentos turísticos oferecem, pois indiscutivelmente a Aldeia do Mar oferece neste momento ao turismo nacional e estrangeiro qualquer coisa de valioso. Está bem situada, é muito gira e nós procuramos oferecer a todos os turistas e clientes uma actividade diferente. Para isso temos dentro da Aldeia do Mar e que possivelmente irá utilizar-se em Vila Lara, um grupo que se ocupa da distração e desporto. Aliás, creio que será o primeiro e único no País. Portanto, qualquer turista que lá vá encontrará algo diferente.

A TEIA DOS CAPITALISTAS IMPLICADOS

COMB. — Será de dar agora a lista das pessoas implicadas nesta empresa?

TRAB. C — Porque razão é que nós achamos que havia determinados indivíduos do antigo regime implicados nisso? Primeiramente vamos dizer quem eram os administradores considerados actuais desde 1964. Presidente do grupo, Leon Levy; Leon Levy. Era presidente de todas as companhias. Tínhamos depois a Companhia ALBEL — Companhia Comercial e Turística de Portugal, S.A.R.L.; depois Henry Spira, um indivíduo altamente conhecido nos meios internacionais, especialmente agora que foi acompanhante do Sr. Leon Levy, durante os maus momentos que teve com a queda do Mahanathan Center em Bruxelas, que foi um dos maiores escândalos em dinheiro que aconteceu na Europa. Gino Spitaleri é um indivíduo do mesmo género e apresenta-se também na companhia Leon Levy.

Depois temos a EXPLOTEL — Companhia de Exploração de Hotéis, S.A.R.L.; novamente Henry Spira e Christopher George Lowery, que é o inglês braço direito do Sr. Levy, indivíduos que estava incorporado na I.O.S., companhia de investimentos com base na Suíça, mas por artimanhas do mesmo género das que aqui aconteceram, também foi ao ar especialmente no Canadá. Está o senhor Hélder Pires, também administrador, mas creio que este era um administrador só para assinar. Usavam-se os portugueses como testa de ferro para assinar as manobras do Sr. Levy. Acontece que FINALGARVE tinha o Eng. Manuel de Sousa e Holstein Beck, muito conhecido no nosso meio de trabalhadores por D. Manuel de Palmela, irmão do Duque de Palmela e talvez, até há quem diga, que é Duque de Palmela. Aparece novamente Christopher George Lowery e o tal Henry Spira.

Depois aparece a empresa PRAIA LONGA — Sociedade de Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.R.L. com Leon Levy e Christopher Lowery. A seguir vem NELSON — Empresa Turística da Praia Redonda, Lda., com Leon Levy, Hélder da Silva Pires, Christopher Lowery e o Dr. Manuel Eugénio Machado Macedo, este nome aparece aqui só apenas uma vez.

HOLITEL — Sociedade Algarvia de Hotéis da Praia Grande, S.A.R.L., com o professor Dr. Moisés Amezalack, Leon Levy e Arestides Sain, um dos representantes da célebre família Sain de França.

CLUBALGARVE, companhia usada para se tornar deficitária dos empreendimentos turísticos e uma das culpadas de toda a manobra fraudulenta onde ficavam os capitais de que os turistas em Portugal comiam, se requintavam em banquetes e era pago na Suíça. Por conseguinte deve-se considerar fuga ilícita de capitais através desta empresa, Clubalgarve, representante o Sr. Jean Pierre Boillat, que por graças casou com uma filha do Sr. Levy, e o Sr. Hélder Pires.

FINDAL — Companhia Comercial e Turística de Portugal, S.A.R.L., sociedade anónima e então dá-se-lhe aqui um no-



outras estivessem vivas. Christopher George Lowery e Henry Spira outra vez.

BELAGRI — Companhia Comercial e Turística de Portugal, S.A.R.L., empresa morta também, mas contudo continua o Christopher Lowery e o Henry Spira à espera da Administração. Os administradores que pediram a demissão são: Hélder Pires, Dr. Manuel Eugénio Machado Macedo e Christopher Lowery, que não sei porquê ainda continuam sentados numa cadeira dos escritórios faustosos do Império Levy, ainda que corrompido e já em desgraça total da bancarrota. Mas contudo havia ainda umas certas individualidades ligadas a este grupo que ainda hoje não se sabe como: Dr. António Júlio Castro Fernandes, Dr. Semtob Dreihalt Sequerra, Dr. Cotta Dias, Prof. Dr. Paulo Cunha, Dr. Moreira Baptista, Dr. José Manuel Passalero, Dr. Luís Bettencourt e a célebre D. Fernanda Pires da Silva que nos diz qualquer coisa com a Grão-Pará. Será que tudo isto era a continuação do que se queria fazer em Portugal para deitar este país na bancarrota?

AUTOGESTÃO EM PORTUGAL

QUE COOPERATIVAS?

Deixamos a questão das nacionalizações para uma análise mais detalhada em editorial próximo. Sobre as cooperativas, procuraremos aqui referi-las de modo breve, já que uma análise mais aprofundada, nos parece dever decorrer da discussão por parte dos trabalhadores que hoje se encontram já em sistema cooperativista, discussão que o Combate procurará promover.

Aqui referiremos apenas algumas questões que apontem para uma análise mais profunda.

Um dos dados que sobressai na discussão com os trabalhadores em autogestão, é que, ultimamente, ao deslocarem-se aos ministérios, ao pretenderem obter subsídios ou empréstimos, lhe é perguntado de imediato quais os contactos existentes entre os representantes dos trabalhadores e a Federação das Cooperativas de Produção. Por outro lado, assistimos às tentativas dos sindicatos, que anteriormente não se opunham às autogestões, em levar empresas em autogestão, ou em vias disso, a transformarem-se em cooperativas de produção. As cooperativas aparecem pois como uma saída a ensaiar, saída que permitiria o seu enquadramento na planificação económica e, assim, subordinar o trabalho produtivo dos trabalhadores de tais cooperativas às directivas elaboradas pelos dirigentes do poder político.

ATACAR A LÓGICA CAPITALISTA

Os trabalhadores em autogestão sabem que para poder sobreviver é necessário produzir e vender, daí a sua preocupação em produzir cada vez mais.

O capitalismo sabe que se os trabalhadores em autogestão conseguem assegurar de modo regular, e sem sobressaltos, um salário igual ao dos seus camaradas directamente controlados pelos patrões (quer privados, quer estatais), ou se, mais do que isso, conseguem estes níveis salariais, podem começar a dar outros passos em frente, no sentido da sua própria libertação. Daí que lhes criem todas as dificuldades, lhes procurem fazer sentir, por formas várias, que eles, trabalhadores, não podem gerir por si mesmos as fábricas onde produzem.

Mas só esta acção autónoma dos trabalhadores os poderá levar a superar a simples questão de manter o emprego e o salário. Será nesta superação que começará a aparecer o verdadeiro significado da autogestão: será aí que uma consciência e uma prática novas se forjarão.

A questão do emprego e do salário é apenas uma parte da situação. A autogestão não poderá constituir simplesmente uma solução provisória para tempo de crise; não poderá ser apenas a questão interna de uma fábrica, não poderá procurar apenas gerir, de modo diferente, um capital produtivo, de maneira que o seu produto venha agora dividido em termos de maior igualdade de todos os produtores; deixando intacto o processo global capitalista de reprodução da situação anterior, deixando intactos os trabalhadores nas suas relações com o trabalho, nas suas relações com os outros trabalhadores, nas suas relações com outros cidadãos, da sua classe ou da classe dirigente.

O que estas lutas trazem de novo, entre outras coisas, é a possibilidade e necessidade sentida pelos trabalhadores de dar passos decisivos fora e independentemente das organizações sindicais e políticas. Independência, porque os trabalhadores em autogestão são forçados a dar passos que não podem estar contidos nos limites das organizações sindicais ou políticas.

Quando os trabalhadores se reúnem e tomam consciência de que é em comum, e entre eles, que terão de abordar as questões tecnológicas e outras que se lhe põem, os trabalhadores começam a compreender que os seus problemas não são os da fábrica, mas os de todas as fábricas, e deram um passo no sentido da afirmação pública da desnecessidade de sindicatos, de partidos e do Estado.

COLECTIVO DO PORTO
DO «COMBATE», 5-5-1975

APOIA O COMBATE

ASSINATURAS:
1 ANO : 60\$00
6 MESES : 30\$00
APOIO : 120\$00
EUROPA : 151\$00
ANGOLA : 177\$00
EUA : 190\$00

CONTAS DO COMBATE

Receita		Despesa	
Colaboradores	7.547\$20	Selos	316\$00
Vendas	5.268\$80	Pag.º dívida	500\$00
Assinantes	2.500\$00	Tipografia	12.000\$00
		Abat. dívida	2.500\$00
	15.316\$00		15.316\$00